

# Entre o lar e a escola: higiene, educação sanitária e puericultura na escola normal estadual de Campina Grande - Paraíba<sup>1</sup>

Pâmella Tamires Avelino de Sousa

Rede Municipal de Ensino de Campina Grande (Brasil)

Fabiana Sena da Silva

Universidade Federal da Paraíba (Brasil)

## Resumo

Este texto tem como objetivo discorrer sobre práticas das disciplinas voltadas para as disciplinas de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, ministradas na Escola Normal Estadual de Campina Grande (ENECG), na Paraíba, no período de 1960 a 1971, a partir dos exames escolares e das fichas individuais das normalistas, nas três séries do curso. A pesquisa, de cunho documental, analisa, com base no Paradigma Indiciário, as fontes supracitadas, além de leis e jornais da época. Assim, a cultura escolar vigente na ENECG que estava pautada nas ideias de responsabilidade moral e higiênica das normalistas fortaleceu o que se entendia ser o papel de mãe, esposa e filha para a sociedade campinense.

Palavras-chave: Higiene. Puericultura. Formação. Professoras.

## Between home and school: hygiene and childcare at the state normal school of Campina Grande-Paraíba

## Abstract

This text aims to discuss practices in the subjects of Hygiene, Health Education, and Childcare taught at the Campina Grande State Teacher Training College (ENECG) in Paraíba from 1960 to 1971, based on school exams and individual records of teacher training students in the three years of the course. The documentary research analyzes the above-mentioned sources, as well as laws and newspapers of the time, based on the Indicia Paradigm. Thus, the school

culture prevailing at ENECG, which was based on the ideas of moral and hygienic responsibility of the students, reinforced what was understood to be the role of mother, wife, and daughter in Campina Grande society.

Keywords: Hygiene. Childcare. Education. Teachers.

---

## **Entre el hogar y la escuela: higiene y puericultura en la escuela normal estatal de Campina Grande-Paraíba**

---

### **Resumen**

El objetivo de este texto es analizar las prácticas de las disciplinas relacionadas con la higiene, la educación sanitaria y la puericultura, impartidas en la Escuela Normal Estatal de Campina Grande (ENECCG), en Paraíba, entre 1960 y 1971, a partir de los exámenes escolares y las fichas individuales de las alumnas de las tres series del curso. La investigación, de carácter documental, analiza, basándose en el paradigma indicativo, las fuentes mencionadas, además de las leyes y los periódicos de la época. Así, la cultura escolar vigente en la ENECCG, basada en las ideas de responsabilidad moral e higiénica de las alumnas, reforzó lo que se entendía como el papel de madre, esposa e hija para la sociedad de Campina Grande.

Palabras clave: Higiene. Puericultura. Formación. Profesorado.

### **Introdução**

A educação do corpo na escola normal que envolve conteúdos e saberes específicos para uma formação moral, disciplinar e controle das emoções é referenciada em diferentes pesquisas, a exemplo de Moraes e Santos (2015), Larocca e Marques (2010), Sousa (2015) e Mendes e Mendes de Paula (2020). No contexto histórico a partir do Estado Novo, algumas áreas de estudos acerca da cultura escolar, ensino de Educação Física, formação da sociedade, de padrões normas e condutas femininas, podemos identificar algumas práticas incentivadoras de um ensino cujo propósito era modelar e controlar o corpo, por meio da Eugenia e da Higiene e Puericultura. Por cultura escolar, Julia a entende:

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela schooled Society que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e seus ritos contra a qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (Julia, 2001, p. 10 e 11).

3

○ ideário republicano ratificou o discurso da educação de crianças, visto a formar novos cidadãos, preparados para o moderno, com isso, acentuou para as mulheres uma profissão que conclamassem as habilidades do feminino. Junto a essa missão, um conjunto de normas, procedimentos e preceitos estabelecia os moldes da formação de mulheres, em geral, e professoras, em particular, cujas práticas deveriam estar voltadas para cuidados com a infância e missão com a pátria.

A princípio, as disciplinas do Ensino Normal compunham a cultura escolar de formação instrumental – Higiene e Puericultura e Desenho, próprias para o exercício da profissão – e formação geral – Português e Matemática, comuns aos demais cursos, mas fundamentando e completando a formação das normalistas (Kulesza, 2014). Definia-se, assim, a formação feminina para o exercício no lar, para ser mãe, e, em alguns casos, professoras de crianças pequenas, uma vez que se entendia serem estes sujeitos de suas afeições naturais.

Instaurado como discurso e proposta de governo a partir do Estado Novo – governo de Getúlio de Vargas –, e seguido na Ditadura Militar – nos anos 1960 e 1970 –, as práticas de conduta para definição de beleza e de saúde do corpo foram incentivadas como um projeto de nacionalização numa direção tecnocrata. Tal projeto visava integrar o país na perspectiva do desenvolvimento econômico e industrial, tendo em vista as inovações tecnológicas e o crescimento urbano e o estabelecimento de uma relação direta entre educação e economia. Neste sentido, Sousa (2015, p. 03) afirma: “A educação foi a ferramenta utilizada nesse processo civilizatório do Brasil: tinha-se como objetivo implantar, a partir das crianças, o pensamento de civilidade e modernidade”. A educação seria, portanto, o agente a garantir a ordem nos espaços sociais.

4 Dentro desse escopo educacional e formativo da mulher, identificamos que o discurso de modernização da sociedade, fomentado por conteúdos e saberes escolares, se manteve nas Escolas Normais brasileiras, notadamente em Campina Grande, interior da Paraíba, nas décadas de 1960 e 1970, quando da criação da primeira Escola Normal pública – a Escola Normal Estadual de Campina Grande (ENECG) – destinada à formação de professoras. Ao analisarmos as fichas individuais das normalistas no período 1960-1971, identificamos, entre as disciplinas cursadas, os componentes que tratam de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, as quais sedimentavam o escopo de tal formação.

Na esteira do campo da História da Educação, questionamos: Como o ensino de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura atravessou a formação de professoras normalistas no Brasil? Conclamadas a contribuírem com o Estado, as mulheres assumem a função de educadoras e passam, nas Escolas Normais, a ter uma formação complementar aos seus “dons naturais” (Chamon, 2005). Nessa perspectiva, objetivamos, neste texto, discorrer sobre algumas práticas das disciplinas Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, ministradas na Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB, no período de 1960 a 1971.

Por meio de uma análise de cunho documental, nos debruçamos sobre as fichas individuais das normalistas e exames escolares da disciplina<sup>2</sup>, encontrados no arquivo da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana

Correia<sup>3</sup>, e documentos legais: a Lei nº 850 de 6 de dezembro de 1952 – Da organização ao Ensino Normal do Estado da Paraíba, e a Lei Orgânica do Ensino Normal, promulgada pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. No que diz respeito aos exames escolares, estes são parte dos documentos que abrangem as fichas individuais das alunas, ou seja, documentos disponíveis no arquivo da escola podem conter, em alguns casos, registros das atividades acadêmicas das normalistas e informações adicionais, como a forma de ingresso, solicitação de dispensa de atividades, a exemplo das aulas de educação física, além de avaliações. Também identificamos registros de nascimento, histórico escolar de demais etapas de ensino, solicitação de diploma etc. São documentos que abrangem vestígios significativos da história educacional paraibana.

Ao supormos, no entanto, que é a partir dos dados aparentemente negligenciáveis que remontamos uma realidade complexa (Ginzburg, 1990), buscamos compor alguns fios dessa história. Desse modo, na análise de outras fontes documentais, a saber o jornal *Diário da Borborema*<sup>4</sup>, também no recorte temporal de 1960 a 1971, identificamos que havia, na cidade de Campina Grande-PB, um discurso, ao menos na imprensa, que entendia o Curso Normal como uma preparação das normalistas para colaborarem com o projeto de modernidade da cidade.

No decurso da análise, tecemos as tramas desta narrativa, compreendendo que o ensino dessas disciplinas foi socialmente constituído e legalizado por um discurso moralizador e civilizador. Desta forma, entendemos que quem domina o discurso domina todos os outros mecanismos de poder e também os corpos (Foucault, 2014). Inferimos que as disciplinas, como prática curricular, contribuíram para a formação/adoção de técnicas e conhecimentos científicos advindas do discurso médico, sendo então aplicado e difundido nos espaços escolares e nos lares das normalistas.

Para nos aprofundarmos um pouco mais sobre o assunto, organizamos este texto em duas seções, sendo, a primeira, na perspectiva da cultura escolar da Escola Normal de Campina Grande-PB, e, a segunda, na direção da formação das professoras primárias dessa instituição de ensino.

## Cultura escolar da Escola Normal Estadual de Campina Grande (ENECCG)

A reconstituição das disciplinas escolares pode ser uma forma de contar uma parte da História da Educação de forma renovada, uma vez que, por meio dessa atualização narrativa, se tenta identificar o que se ensinava e como se davam as práticas relacionadas ao conteúdo selecionado, isto é, revendo-se a história dessas práticas.

Para compreender a cultura escolar da Escola Normal Estadual de Campina Grande, apontando-se as práticas formativas e expondo suas intencionalidades – a partir das quais se forjou a formação das moças da cidade e arredores –, trataremos das disciplinas Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, que integraram o currículo da escola.

A Lei 4.024 de 1961 – das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional –, no art.27, determina que “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional”<sup>5</sup> (Brasil, 1961). Dessa forma, o ministério de Higiene e Puericultura estava voltado, notadamente, para práticas educativas para crianças que, conseqüentemente, iriam levar esses conhecimentos para além do ambiente escolar, ou seja, para a seara familiar e social.

As práticas voltadas ao ensino de hábitos de higiene e do cuidado com crianças a partir dos sete anos também estavam presentes em outros materiais, a exemplo dos manuais e revistas femininas, que construíam representações do feminino, como a da identidade materna, por exemplo. De acordo com Silva, Vicenzi e Borba:

Dentre estas representações de funções sociais, as revistas femininas sugeriam como o corpo deveria ser coberto e descoberto, educado e higienizado, como uma maneira de produzir identidades e representações das mulheres ao longo do tempo (Silva; Vicenzi; Borba, 2022, p. 185).

Na perspectiva da profissionalização feminina, Almeida (1998, p. 28) descreve que “Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar”. Nesse viés, as disciplinas

que profissionalizavam a mulher estavam ancoradas em uma definição do ser feminino de acordo com preceitos estabelecidos socialmente.

Nesse mesmo escopo formativo, as leis que regulamentavam o Ensino Normal também definiam o ensino da higiene e puericultura. O Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946<sup>6</sup>, por exemplo, ao definir as disciplinas que deveriam compreender a cultura escolar para o Curso Normal de formação de professores<sup>7</sup>, estabelece a citada disciplina para a 3ª série, e, no caso, de o curso ser realizado em dois anos, o art. 9º indica o conteúdo de puericultura e educação sanitária executado de forma intensiva. Colaborando com o pensamento de Sousa (2015), a formação de normalistas ligada às disciplinas de higiene, educação sanitária e puericultura atendia ao objetivo de conduzir a noção de civilidade aos diversos espaços sociais.

A formulação da Lei Orgânica para o Ensino Normal constitui uma série de projetos desenvolvidos desde o Estado Novo. Conforme Moraes (2014), essa Lei permaneceu sendo a base orientadora da formação nas Escolas Normais – embora alguns estados tenham criado suas normativas locais, estas não se distinguem em essência da Lei Nacional. Esse aspecto nos faz refletir acerca da imposição das leis como instrumentos do poder; subjetivamente, as normativas cerceiam os corpos, assim, como afirma Foucault (2014, p. 134) “[...] o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

As leis se constituem, portanto, como regras que manipulam e definem como o corpo deve se comportar socialmente. No estudo da organização curricular do Curso Normal, identificamos a presença da disciplina e o domínio dos corpos por meio da estrutura de matérias cursadas pelas alunas. A organização pré-definida no aparato legal garantia, à escola, a implementação e o desenvolvimento das técnicas de docilização.

A organização da Escola Normal Estadual de Campina Grande – instituição que abriga os documentos que formam nosso objeto de estudo – é amparada pela Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952 – Da organização ao Ensino Normal do Estado da Paraíba –, cujo texto não difere da organização das demais escolas do estrato nacional. A fim de contribuir com o desenvolvimento das estratégias políticas para ampliação do Ensino Normal, faziam

pauta das ações do Governo paraibano, na década de 1950, a criação de escolas e a configuração de leis que organizam esse modelo de ensino (Sousa, 2023).

Com base na Lei nº 850/1952, acima citada, organizamos, no Quadro 1, a disposição das disciplinas cursadas no Ensino Normal Paraibano, para as três séries do curso. As disciplinas de *Higiene e Educação Sanitária* e *Higiene e Puericultura*, especificamente, são dispostas, por lei, na segunda e terceira séries, respectivamente. Dessa forma, entendemos que as dimensões de cuidado com o corpo, com a saúde e cuidados básicos para preservação da criança correspondiam a mais da metade do curso das normalistas. Embora a Escola Normal de Campina Grande tenha sido criada em 1960, posteriormente a esta Lei, a disposição, conteúdo e outras práticas escolares das disciplinas para este nível de ensino já estavam postos em razão de outras escolas já assim se comportarem. Até 1959, havia uma unidade pública – a Escola Normal de João Pessoa – e 20 instituições particulares subvencionadas pelo governo; dessas 20, três são laicas e 17 são confessionais – destas últimas, 14 colégios são dirigidos por freiras e 3 por párocos locais.

8

**Quadro 1 – Distribuição de disciplinas do Segundo Ciclo, por série**

1ª série	2ª série	3ª série
Português e Literatura Portuguesa	Português e Literatura Portuguesa	Psicologia Educacional
Matemática	Biologia Educacional	Sociologia Educacional
Física	Psicologia Geral	História da Educação
Química	Filosofia da Educação	Higiene e Puericultura
Geografia e História da Paraíba	Higiene e Educação Sanitária	Metodologia do Ensino Primário
Biologia Geral, Anatomia e Fisiologia Humanas	Metodologia do Ensino Primário	Prática de Ensino
Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico	Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico	Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico
Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos
Geografia da América	História da América	

Fonte: Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952.

Ao considerar a prerrogativa de que os cursos normais deveriam adotar em seu currículo disciplinas o programa da escola primária, podemos supor que havia uma ênfase no ensino de Português bem como no de Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física, Higiene e Educação Sanitária, sobressaindo questões já evidenciadas por Louro (1997), no que diz respeito a naturalização de algumas atividades com as afeições femininas. Neste sentido, concordamos com Julia (2001, p. 22) quando afirma que “A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.”

A modernização, a ordem e o progresso da sociedade dependiam da higienização da família e dos jovens cidadãos, sendo a professora – mãe – responsável por esse desenvolvimento físico e emocional das crianças. Também Moraes e Santos (2015), ao tratarem sobre as disciplinas de Educação Física e Puericultura nos cursos de ensino normal, enfatizam

[...] hábitos de higiene capazes de criar no povo brasileiro a consciência de saúde ideal tão necessária a(sic) melhoria física, mental e racial das futuras gerações. A educação escolar foi a melhor via para o alcance desses objetivos, além de zelar pela saúde das crianças(sic) corrigindo possíveis desvios, a escola contribui para a formação de desenvolvimento de padrões adequados de comportamento, cultivando na criança hábitos de moralidade, honestidade e higiene. (Moraes e Santos, 2015, p. 17)

9

A Lei define e organiza o ensino demonstrando a imbricação dos discursos bem como a ênfase na regulamentação das políticas. Para Sousa (2015, p. 3): “[...] A forte relação com os discursos e preceitos higiênicos fomentaria a discussão da instrução e da formação de uma civilidade pronta para superar desafios”.

Essa disposição da formação das normalistas assume, então, uma dupla finalidade, pois, à medida que as mulheres eram educadas para agir com um importante papel na sociedade, isto é, tinham delineada sua conduta profissional – o que culminaria não só em suas ações familiares como também na educação escolar –, ela se educava e, conseqüentemente, educava os demais. Para isso, “[...] a boa professora deveria apreender a possibilidade

de transformação social por meio da educação e a importância da atividade e do interesse para garantir um processo educativo eficiente” (Viviani, 2005, p. 210).

Para além das atividades desenvolvidas na escola, por meio das disciplinas, identificamos um conjunto de práticas da cultura escolar reforçado na imprensa, por meio do jornal *Diário da Borborema*. A notícia do dia 28 de janeiro de 1964 intitulada: *Curso de Desenho Pedagógico na Escola Normal Estadual terá início no dia 14 de fevereiro – Inscrições a partir do dia 3*. O curso mencionado já havia ocorrido em outros anos, segundo o jornal. Esse recorte, no entanto, nos despertou maior interesse por descrever:

Curso Intensivo de Desenho Pedagógico e Aproveitamento Para o Lar promovido pela Escola Normal Estadual de Campina Grande. O curso será ministrado pelo professor Jorge Alves de Miranda e pela professora Maria Lima, ambos nomes consagrados no magistério campinense.

As inscrições para o curso poderão ser feitas a partir do dia 3 de fevereiro na secretaria da Escola Normal. A professora Maria Lima que ministrará as aulas de Aproveitamento Para o Lar, declarou a este jornal que suas aulas constarão de trabalhos ainda inéditos para Campina Grande, como sejam: aproveitamento de material doméstico em desuso, como por exemplo latas velhas, garrafas, jornais, armações de guarda-chuva e até cacos de vidro que serão transformadas em maravilhosos artigos para ornamentação do próprio lar (Curso de desenho pedagógico na escola..., 1964, p. 4).

Ainda é possível verificar, no *Diário da Borborema*, outros cursos pedagógicos ofertados pela Escola Normal: um de desenho pedagógico. no período de janeiro e entre junho e julho de 1963, e, em 1966, outro sobre dicção. Apenas este último, anunciado em janeiro de 1964, faz menção às atividades do lar. Conforme o jornal, o curso teve uma média de duração de dois meses, sendo encerrado com uma exposição dos trabalhos confeccionados pelas alunas. Para além do que está descrito na notícia, indagamos as motivações de um curso com técnicas de aproveitamento para o lar em um Curso Normal – aventamos a compreensão de que o curso assim se esboçava pela composição discente majoritariamente feminina que compunha a

escola. Dessa forma, como espaço dedicado à educação das mulheres, a Escola Normal abria-se para práticas culturais destinadas ao modelo de feminino na sociedade.

A adoção dessas atividades caracteriza o recrudescimento de relações de poder. Para Almeida (1998), o estabelecimento dessas imposições culturais passa também:

[...] pela questão do saber, dado que conhecimento e poder estão necessariamente interligados. Manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação (Almeida, 1998, p. 31).

Manter as práticas educativas que preconizam afirmações sociais e culturais corresponde a estabelecer a educação feminina dentro de um mesmo espaço, isto é, cuidar dos afazeres domésticos e das crianças. Ao se caracterizar o conjunto de práticas, escolares ou não, que se arraigavam no corpo feminino e o definiam, incluía-se, além da organização material do lar, a maternidade, isto é, os cuidados com as crianças, em razão da suposta vocação materna.

11

## **A formação de professoras primárias**

Para identificarmos a formação de normalistas direcionada à formação de moças recatadas, mães de família e educadoras, analisamos a composição das disciplinas que estruturavam a Escola Normal Estadual de Campina Grande, nas três séries de ensino – 1960 até 1962. Essas disciplinas podem ser verificadas na sistematização das disciplinas cursadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Disciplinas cursadas na ENECG (1960-1962)

1ª série	2ª série	3ª série
1960	1961	1962
Português	Português e Literatura Portuguesa	Psicologia Educacional
Matemática	Biologia Educacional	História da Educação
Física	Filosofia da Educação	Sociologia Educacional
Química	Psicologia Geral	Higiene e Puericultura
Biologia Geral	Higiene e Educação Sanitária	Metodologia
Anatomia e Fisiologia	Metodologia	Prática do Ensino
Música e Canto Orfeônico	Música e Canto Orfeônico	Música e Canto Orfeônico
Educação Física	Desenho	Desenho
Desenho	Artes Aplicadas	Artes Aplicadas
Artes Aplicadas	História da América	Educação Física
Geografia da América	Educação Física	
Geografia e História da Paraíba		

Fonte: Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967.

12

Disciplinas como Higiene e Puericultura, Biologia Geral/ Educacional, Anatomia e Fisiologia e Psicologia compõem um *corpus* de condições e funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2014) acerca da profissão de professora. A escola brasileira decorre, também, de uma matriz médica, definindo que os hábitos de higiene e disciplinamento do corpo deviam ser incorporados ao ambiente escolar. Ao prescreverem as medidas de organização do espaço, controle do tempo das atividades, normas de postura e moral, as práticas escolares absorvem o discurso médico, configurando, assim, a escola como um lugar de saúde (GONDRA, 2004). Nesse sentido, as professoras deviam intervir em sua prática pedagógica, que se configuravam como ações sanitárias.

Aos educadores não deveria parecer estranha a intervenção da higiene, mesmo em relação a questões hoje consideradas de natureza eminentemente pedagógica, cabendo antes repensar o seu trabalho em função dos preceitos higiênicos, na medida em que da articulação entre higiene e educação resultaria o equilíbrio entre o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos. (ROCHA e GONDRA, 2002, p. 503)

De acordo com Kulesza (2014), o currículo básico da formação das normalistas era organizado em dois eixos: 1) o da orientação instrumental, com as disciplinas de Higiene e Puericultura e Desenho – estas seriam os conhecimentos próprios para o exercício da profissão de professoras; 2) o de formação geral, com as disciplinas de Português, Matemática, Química e Física, ou seja, um núcleo comum de formação. Essa organização atendia ao proposto na Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952. E, conforme pudemos observar nas fichas individuais de matrícula das normalistas, a disciplina de eixo instrumental Higiene e Puericultura esteve presente durante toda a formação dessas moças.

De acordo com as fontes localizadas, fichas individuais das alunas, especificamos, no Quadro 3, a seguir, as disciplinas cursadas no período de realização dos exames de 1967.

**Quadro 3 – Disciplinas cursadas na ENECG (1967)**

2ª Série	3ª Série
1967	1967
Português	Português
Matemática	Fundamentos
C.F. Biol.	Prática do Ensino
Psicologia	Puericultura
Puericultura	Desenho
Metodologia	Didática da Ciência
Fundamentos	Metodologia
Geografia do Brasil	
História do Brasil	
Ed. Física	

Fonte: Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967.

Notamos que, a partir do segundo ano, as disciplinas instrumentais são mais enfatizadas. Em 1961, por exemplo, a disciplina de Higiene e Educação Sanitária é seguida, nos anos de 1963-1967, por Puericultura. Também as disciplinas de Metodologia e Psicologia se fazem presentes em quase todos os anos.

As disciplinas de Higiene e Educação Sanitária e Puericultura enfatizam o cuidado com aspectos da higiene infantil, vacinação e desenvolvimento das diferentes fases da infância, desde a concepção até a idade escolar. Compreendemos que a formação das normalistas, mesmo pautada no ideário da modernidade, conservava elementos da educação do lar e não apenas do sistema educacional. Isso confirma a representação de que as mulheres eram naturalmente vocacionadas para educar, fosse em casa ou na escola.

Orientando-nos pelo Quadro 3, consideramos que a organização das disciplinas compõe um panorama geral que conduz a formação como um todo e com ela se relaciona, porém, ao analisarmos a disciplina de Higiene e Puericultura, constatamos que está relacionada mais à Psicologia, à Educação Física, entre outras. Assim entendendo, observamos que as normalistas estudavam noções de cuidados para bebês e crianças pequenas, embora, nesse período, o nível de ensino primário atendesse a crianças tão somente a partir dos sete anos de idade.

14 Essa constatação nos faz compreender que as disciplinas citadas estão na perspectiva de uma concepção formativa cujas práticas escolares estavam voltadas para a profissionalização da mulher – e, sem dúvida, paralelamente, para o seu exercício social como filha, mãe, dona de casa, esposa. Neste sentido, a educação feminina, na formação das normalistas, é atravessada por ideais que definem a mulher, evidenciando que atividades destinadas a esse sexo são naturalizadas e entendidas como próprias da função docente (Louro, 1997).

A partir dos preceitos avaliativos que identificamos nos exames das disciplinas de Higiene e Puericultura, encontramos, nas fontes, questões relativas à importância da higiene e da eugenia, às fases de crescimento da criança, aos tipos de assistência para crianças em situação pré-escolar e às doenças adquiridas no espaço escolar. De início, essas questões suscitam a ideia de uma organização educacional da higiene e puericultura dentro e fora do espaço escolar. Assim sendo, as normalistas adquiriam conhecimentos básicos acerca do desenvolvimento infantil, desde a concepção do bebê até seu ingresso na escola – confirma-se uma dimensão que pode ser compreendida na função familiar e na atuação educacional profissional.

As respostas das alunas, adiante expostas, descrevem cuidados relacionados à maternidade, como o entendimento de infância e suas formas de concepção das crianças. Associado ao aspecto social e cultural da maternidade como condição subjetiva ao feminino, observamos, nessas respostas, corpos que internalizaram os significados estabelecidos. Para Foucault (2014), essa técnica enraizada socialmente condiz com a dimensão de domínio do corpo. Dessa forma, o corpo feminino molda-se em inúmeros aspectos, sejam históricos e sociais – nos casos em análise, a escola bem como as disciplinas ali ofertadas se estruturavam para manipular, moldar e treinar um corpo que “[...] obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 2014, p. 134).

Figura 1 – Noções de Higiene

**Escola Normal Estadual**  
CAMPINA GRANDE — PARAIBA

Prova de: Adaptação de Puericultura e Higiene Prof. [REDACTED]

Nome do aluno: [REDACTED] Série: 2ª C

Grau: 1ª / 1.000 por extenso

- 1) Questão: Como você conceitua a Higiene? Qual o seu objetivo? Qual a sua importância?
- 2) Questão: Quais as fases do crescimento?
- 3) Questão: Qual a assistência necessária a uma criança na idade pré-escola.
- 4) Justifique esta afirmação: "A escola é um verdadeiro centro de Educação Sanitária."
- 6) Questão: Importância e divisão da Puericultura
- 7) Qual a importância e objetivo da Eugenia

Resposta

1) Higiene são os cuidados que devemos ter com a nossa saúde <sup>para</sup> a seguir a nossa vida. Seu objetivo é o cuidado com a saúde para trazer homens fortes e saudáveis para a sociedade.

Sua importância é <sup>para</sup> de grande valor por se não tivermos cuidado com nossa higiene teremos homens fracos e doentes.

15

Fonte: Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967.

Na Figura 1 acima, destacamos a passagem: “Higiene são cuidados que devemos ter com a saúde para assegurar a nossa vida. Seu objetivo é o cuidado com a saúde para trazer homens fortes e sadios para a sociedade”. Essa resposta ratifica os elementos presentes na concepção de educar sujeitos saudáveis para a nação. Lelis (1989, p. 28) argumenta que a educação da professora primária “[...] envolve dimensões de natureza econômica, político-social e técnica”. A instrumentação desse saber na cultura escolar da ENECG evidenciava uma “[...] ritualização, formalização de uma tradição” (Hobsbawm, 2017, p. 11).

Outro destaque que apresentamos está em outro no excerto de uma resposta das normalistas ainda sobre higiene:

A higiene representa uma enorme quantidade de conhecimentos destinados as crianças para assegurar sua saúde e sua vida, desde as primeiras palpitações do ser pequenino no ventre materno até a idade escolar (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967).

16 Essas noções, repetidas como características da ação feminina, foram geradas e alimentadas no meio social, sendo legitimadas em um plano simbólico, em que a formação feminina estava associada à impossibilidade de renunciar à moral cristã (Almeida, 1998). A missão da normalista aparece nessas respostas, as quais reproduzem o cuidado que deveriam desempenhar como mães e formadoras da sociedade.

Outro aspecto reforçado a partir das técnicas instauradas na cultura escolar das normalistas diz respeito ao caráter da eugenia. Termos como “indivíduos sadios” e “uma raça sadia” enfatizam os dispositivos ideológicos e políticos que fomentavam as práticas educacionais. De acordo com Foucault (2014), são os detalhes, as partículas e o controle exercido sobre o corpo que permitem a propagação de uma economia do corpo. Neste nosso estudo, entendemos a presença da economia do corpo na formação das professoras, reforçando, escolarmente, as características atribuídas ao ser mulher e perpetuando a lógica de inspeção para os alunos e/ou filhos.

Com base na descrição das normalistas sobre as fases de desenvolvimento da criança desde sua concepção, analisamos as técnicas e ou

conhecimentos que as estudantes necessitavam aprender e aplicar. Sobre esse aprendizado, apoiamos-nos em Foucault (2014, p. 136) para entender que se tratava de: “Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo.”

Tais preocupações se associam ao entendimento de que as futuras professoras seguiriam sua vocação maternal, sem deixar o espaço doméstico, o que se manteria pela vinculação ao matrimônio; na escola, elas aprendiam as técnicas necessárias para servir aos membros da família, em sua casa, aos interesses da escola e, conseqüentemente, à sociedade. O argumento se justifica tanto pelo teor das respostas conferidas, que descrevem todas as fases de desenvolvimento da criança até a idade escolar, quanto por definir o processo de inserção da criança na escola. Os campos da família e da educação estão preenchidos no aprendizado da puericultura, cobrindo, assim, a dimensão de “corpo social” (Foucault, 2014).

Em continuidade à análise das respostas das normalistas, identificamos o imbricamento entre as questões domésticas e escolares. As ações das professoras são definidas a partir da atenção e assistência, de modo que, “[...] na escola, o papel da professora é ensinar higienicamente o que deve ser feito e dar assistência em todos os sentidos” (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967). Ainda que se acentue o local onde essa assistência deve ser direcionada, no mesmo texto, define-se o que se espera da normalista, uma vez que:

[...] A principal assistência ao pré-escolar deve ser dada pelos pais. Estes devem estar sempre em observações a fim de que seus filhos não lhes deem grandes preocupações. A assistência deve ser constante principalmente nesta idade (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967).

Confundem-se, neste sentido, mães e professoras, uma vez que se espera de ambas que exerçam a função assistencial para com a criança.

As respostas aqui apontadas nos permitem inferir que as normalistas atuariam na profissão “[...] ideal para as mulheres, pois outorgava uma formação específica para duas funções: professora e mãe” (Yannoulas, 2011,

p. 279). O sistema de ensino do Curso Normal demonstrava seu interesse em mostrar e disciplinar a forma como a professora e as mães deveriam agir em relação aos cuidados com as crianças, situação clara na dualidade proposta nessa formação profissional.

Conforme Moraes (2014), como prática da disciplina de trabalhos manuais, as normalistas confeccionavam também roupas, sapatos, toucas, enfim, todo o enxoval para recém-nascidos. Também podia ocorrer de a disciplina ser ministrada com base nos conhecimentos da Biologia, a fim de pontuar as condições do desenvolvimento humano.

Em casa ou na escola, como mãe ou professora, as mulheres deveriam aprimorar-se no cuidado da infância, na expectativa de construir um futuro para uma sociedade forte. Assim, sobre a importância da Puericultura, as normalistas definiam:

[...] a arte de criar higienicamente as crianças, é de grande importância, pois as crianças de hoje serão os homens de amanhã. E para que tenhamos homens fortes e sadios devemos sobretudo cuidar de sua saúde” (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967).

18

Sob este ângulo, “[...] a boa professora deveria apreender a possibilidade de transformação social por meio da educação e a importância da atividade e do interesse para garantir um processo educativo eficiente” (Viviani, 2005, p. 210). Também se pode inferir, da resposta dada, a perspectiva esperada da formação fornecida, ou seja, reflexo exato do que se quer da instituição educativa mantida pelo Estado, comprometida em propagar o discurso de que as mulheres seriam naturalmente as responsáveis pela educação da infância, articulando casa, família e espaço social.

P: A escola é um verdadeiro centro de educação sanitário.

R: Acho certíssimo. A escola é o centro de tudo. Tanto educa como instrui e como forma um indivíduo para a sociedade. Da escola é que a criança depende. Na sua vida de adulta é consequente da escola. A escola quando forma bem o aluno, este não terá nenhum problema na vida que segue (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967).

A Escola Normal de Campina Grande confere uma série de responsabilidades às formandas, conforme a demanda social, identificando-se, assim, como uma instituição sacralizada e idealizada. A escola atuava, então, como solução para os diversos problemas sociais – nesse caso, os problemas direcionados à higiene e à saúde das crianças e, conseqüentemente, da família. Ao promover o conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e sua repercussão na sociedade, verifica-se uma postura de instigar valores morais não apenas pelas disciplinas como também por meio das normas de conduta. Dessa forma, como descrito na resposta dada por uma normalista, “a escola é o centro de tudo”, o que inclui as imposições sociais vigentes da época para formar o aluno apto para a sociedade, já que “[...] este não terá nenhum problema na vida que se segue” (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1967).

## Considerações finais

Este estudo teve a pretensão de identificar algumas práticas das disciplinas voltadas para os aspectos de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, ministradas na Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB, no período de 1960 a 1971, a partir dos exames escolares e das fichas individuais das normalistas.

As fichas individuais das normalistas apresentam, em seu interior, outros documentos que carecem de mais aprofundamento e que debruçam outros esforços analíticos. Como documentos escritos, estes esboçam, para nossa análise, uma representação da escola, mas invisibilizam outros fatos, os quais podem ser trazidos à luz a partir de vestígios que não nos passaram despercebidos. Esses vestígios nos propõem reflexões que nos aproximam das singularidades e particularidades do funcionamento dessa escola.

A cultura escolar do ensino normal campinense era composta por diversas disciplinas, porém havia uma concentração na formação instrumental – Higiene, Educação Sanitária e Puericultura – próprias para o exercício da profissão, e formação geral – Português e Matemática –, fundamentando a formação das normalistas, definindo-se, assim, que a formação feminina acentuaria sua prática para o lar, para ser mãe, e em alguns casos professoras

de crianças pequenas, uma vez que combinava com as afeições naturais das moças.

Na Escola Normal de Campina Grande se encontram as produções sociais sobre a formação docente, por meio das disciplinas Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, constituindo-se em uma utilidade social, que contribui para a escrita da formação de professoras na História da Educação, por possibilitar um narrar sobre as singularidades históricas, imprimindo, assim, ações educativas das práticas escolares na Escola Normal.

Investir na formação das normalistas completava a máxima de que elas necessitavam de mente e corpo saudáveis para educar as crianças e que são importantes para o desenvolvimento da sociedade moderna. A escola normal, que se instituiu cultura escolar, era desenvolvida e promovida para uma sólida formação do disciplinamento dos corpos das alunas de forma consciente e intencionada (Julia, 2001).

As noções de higiene podem ser identificadas em outras disciplinas, como Educação Física, Biologia e Psicologia, que se configuram como mecanismos de dominação sobre os corpos. Associadas aos exames de Puericultura, identificamos também questões relacionadas à eugenia. Desde a promulgação dos decretos-leis, durante o governo de Getúlio Vargas, se pensava uma educação promotora de se obter robustez infantil e virtude da raça, priorizando a formação de hábitos de higiene capazes de criar na população uma consciência de saúde ideal para as futuras gerações.

Assim, a escola para formação de professoras, e, consequentemente, para formação de novos cidadãos, atuantes na família e no espaço educacional e social, voltava-se para as dimensões de organização social e disciplinamento, objetivo que impunha às mulheres a assunção de papéis de educadora e mãe de família. Ser e fazer-se professora constitui, então, um entrelaçado de situações. Não se trata de uma missão para a qual as mulheres, especificamente, nascem prontas – caso contrário, não seria necessário um currículo para moldá-las ou aperfeiçoá-las em tais circunstâncias. Nesse caso, ao currículo cumpre, por meio das relações de poder e com seus agentes administrativos, o papel de se impor à escola, de agir, a fim de conferir legitimidade a esse currículo pensado externamente para a formação das normalistas.

## Notas

1. O artigo é resultante do Projeto de Pesquisa "Mulheres e educação: entre o prescrito, o escrito e o vivido" financiado por meio do Edital Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 44/2024 – Universal.
2. Os exames escolares abrangem as Fichas individuais das alunas, e podem conter, em alguns casos toda a trajetória escolar das normalistas e informações adicionais, uma vez que, foi possível encontrar a forma de ingresso, solicitação de dispensa de atividades e também registro de nascimento, histórico escolar de demais etapas de ensino, solicitação de diploma etc.
3. Após a década de 1980, a escola teve seu nome modificado, em razão de uma homenagem a um educador paraibano, o Padre Emídio Viana Correia.
4. Pertencente à rede de Diários Associados de Assis Chateaubriand, o jornal circulou na cidade de Campina Grande-PB, entre os períodos de 1957 a 2012, registrando fatos importantes da cidade e do Estado.
5. Tomamos como referência o art. 27, que define o ensino primário, por esse nível ser considerado obrigatório, diferentemente do pré-primário, que, embora previsse atender crianças até os 7 anos de idade, não tinha caráter obrigatório.
6. Lei Orgânica do Ensino Normal. Conforme Tanuri (2000), esse decreto foi o primeiro documento, em nível nacional, a regulamentar e estabelecer normas para as escolas normais.
7. O Ensino Normal era dividido em dois ciclos: a formação de Regentes de Ensino Primário, cursado durante quatro anos, e o Curso de Formação de Professores Primários, com duração de três anos.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CHAMON, Magda. As mulheres entre as esferas públicas e privada. In: **Trajétoria da feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/ FHC-FUMEC, 2005.

CURSO DE DESENHO PEDAGÓGICO na escola normal estadual terá início no dia 14 de fevereiro – inscrições a partir do dia 3. **Diário da Borborema**, Campina Grande (Paraíba), 28 jan. 1964, p. 4.

ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA. **Fichas Individuais das Normalistas** [Datilografadas e manuscritas]. Arquivo João Agripino, 1967.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 2014.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. Companhia das Letras, 1990.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n. 1. jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 5 abr. 2025.

22 KULESZA, Wojciech Andrej. **O currículo da Escola Normal: feito e tendências**, 2014. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337WojciechKulesza.pdf>. 2014. Acesso em: 4 jun. 2021.

LAROCCA, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. v. 14, n. 34, p.647-660, jul./set. 2010.

LELIS, Isabel Alice. **A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENDES, José Antônio Alves; PAULA, Éder Mendecomo s de. Sertão, modernidade, higiene e nacionalidade: as representações do discurso médico na revista arquivos de saúde pública (1951). **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**, Icó (Ceará), v. 3. n. 1. p. 976-992, jan./abr. 2020.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge; SANTOS, Sônia Maria. Currículo e Formação Docente nas Escolas Normais de Ituiutaba, MG. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA

DA EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE, III. 2015, Catalão (Goiás). 2015. Disponível em: <https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/currc3adculo-e-formac3a7c3a3o-docente-nas.pdf> Acesso em: 18 mar. 2021.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. **História e memória da formação docente em Ituiutaba-MG**. 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA, Carolina Fernandes da; VICENZI, Liziane Nathália; BORBA, Bruna Letícia de. Ser mãe é uma concepção divina? representações de deveres maternalistas com a educação física nas revistas “Jornal das Moças” E “O Cruzeiro” (décadas de 1930 A 1950). **História e Cultura**, v. 11, p. 184-207, 2022. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3589>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Uma higiene moral e do corpo: educação moral e cívica e as atividades físicas, esportivas e de lazer durante a ditadura militar. **Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer**, São Paulo, n. 14, p. 18-37, jan./jun. 2015.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VIVIANI, Luciana Maria. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, maio. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Ld9hmXHzNDV9V4sZkHsy6fv/?lang=pt#>. Acesso em: 18 mar. 2022.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 24 set. 2021.

Prof.ª Dr.ª Pâmella Tamires Avelino de Sousa  
Rede Municipal de Ensino de Campina Grande (Paraíba-Brasil)  
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-4389-1336>  
E-mail: [pamellatasousa@gmail.com](mailto:pamellatasousa@gmail.com)

Prof.ª Dr.ª Fabiana Sena da Silva  
Universidade Federal da Paraíba (Brasil)  
Programa de Pós-Graduação Educação  
Líder do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação  
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-3340-7769>  
E-mail: [fabianasena@yahoo.com.br](mailto:fabianasena@yahoo.com.br)  
Bolsista Produtividade CNPq/C

Recebido em 27 jul. 2025

Aceito em 10 set. 2025

